

UMA ANÁLISE ETNOGRÁFICA DA PRÁTICA DO ETNOTURISMO ÍNDIGENA NA TERRA ÍNDIGENA COROA VERMELHA SOB A PERSPECTIVA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Aline Santos Bispo*, Alicia Araújo da Silva Costa** & Pablo Antunha Barbosa***

Resumo: O artigo analisa em que medida a atuação turística de aldeias Pataxó da Terra Indígena Coroa Vermelha (TICV) se aproxima da modalidade do Turismo de Base Comunitária (TBC). Atualmente, das 15 aldeias localizadas na Terra Indígena, cerca de sete recebem visitantes. Dentre estas, o recorte da presente pesquisa considerou três aldeias praticantes da referida modalidade turística: a Reserva Pataxó da Jaqueira, a Aldeia Nova Coroa e o Centro Cultural Txag'ru Mirawê. Os dados etnográficos mobilizados são recorte de pesquisas em andamento desde 2018 na TICV. A interpretação dos mesmos à luz do TBC demonstra a emergência de um Turismo Indígena de Base Comunitária na TI. Autônomos e sustentáveis, estes projetos se constituem em uma ferramenta de atuação cultural e política das comunidades Pataxó, além de representarem a principal fonte de incremento da renda dessas comunidades. Vislumbra-se que as práticas comunitárias de autogestão promovem o protagonismo das comunidades indígenas, semeando condições favoráveis à permanência no território, à manutenção dos seus modos de vida tradicionais e à preservação ambiental. Conclui-se que as práticas indígenas de gestão ambiental, territorial e turística podem ampliar o horizonte epistemológico dos estudos em TBC.

Palavras-chave: Etnoturismo, Terra Indígena Coroa Vermelha, Turismo de Base Comunitária, Pataxó.

AN ETHNOGRAPHIC ANALYSIS OF THE PRACTICE OF INDIGENOUS ETHNOTOURISM IN THE COROA VERMELHA INDIGENOUS LAND FROM THE PERSPECTIVE OF COMMUNITY-BASED TOURISM

Abstract: The article analyzes the tourist activity of Pataxó villages in the Coroa Vermelha Indigenous Land (TICV) based on a Community-Based Tourism (CBT) perspective. Currently, of the 15 villages located in the Indigenous Land, around seven receive visitors. Among these, the scope of this research considered four villages that practice this type of tourism: the Pataxó da Jaqueira Reserve, Aldeia Nova Coroa and the Txag'ru Mirawê Cultural Center. The ethnographic data mobilized is part of ongoing research since 2018 at TICV whose analysis suggests that all ethno-enterprises show TBC characteristics. Autonomous and sustainable, these projects constitute a tool for cultural and political action for the Pataxó communities, in addition to representing the main source of increased income. It is seen that community self-management practices promote the protagonism of indigenous communities, sowing favorable conditions for permanence in the territory, maintenance of their traditional ways of life and environmental preservation. It is concluded that indigenous environmental, territorial and tourist management practices can broaden the horizon of TBC studies.

Key words: Ethnotourism, Indigenous Land, Community Based Tourism, Pataxó.

UN ANÁLISIS ETNOGRÁFICO DE LA PRÁCTICA DEL ETNOTURISMO ÍNDIGENA EN LA TIERRA ÍNDIGENA COROA VERMELHA DESDE LA PERSPECTIVA DEL TURISMO COMUNITARIO

Resumen: El artículo analiza en qué medida la actividad turística de las aldeas Pataxó en la Tierra Indígena Coroa Vermelha (TICV) se acerca a la modalidad de Turismo de Base Comunitaria (TBC). Actualmente, de los 15 pueblos ubicados en la Tierra Indígena, alrededor de siete reciben visitantes. Entre ellos, el alcance de esta investigación consideró tres pueblos que practican este tipo de turismo: Reserva Pataxó da Jaqueira, Aldeia Nova Coroa y Centro Cultural Txag'ru Mirawê. Los datos etnográficos mobilizados forman parte de una investigación en curso desde 2018 en el TICV. Su interpretación a la luz del TBC demuestra el surgimiento del Turismo Indígena Comunitario en la TI. Autônomos y sostenibles, estos proyectos constituyen una herramienta de acción cultural y política para las comunidades de Pataxó, además de representar la principal fuente de incremento de ingresos para estas comunidades. Se observa que las prácticas de autogestión comunitaria promueven el protagonismo de las comunidades indígenas, sembrando condiciones favorables para la permanencia en el territorio, el mantenimiento de sus formas de vida tradicionales y la preservación ambiental. Se concluye que las prácticas indígenas de gestión ambiental, territorial y turística pueden ampliar el horizonte epistemológico de los estudios de TBC.

Palabras clave: Etnoturismo, Tierra Indígena, Turismo Comunitario, Pataxó.

HOW TO CITE: Santos Bispo, A., Araújo da Silva Costa, A., & Antunha Barbosa, P. (2024). Uma Análise Etnográfica do Processo de Expansão do Etnoturismo na Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha sob a Perspectiva do Turismo de Base Comunitária. *Latin American Journal of Tourismology*, 10(Regular Issue, Special Thematic Section). Retrieved from <https://periodicos.ufjf.br/index.php/rlaturismologia/article/view/41530> DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14680596>



Licenciada por Creative Commons
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações/ 4.0 / Internacional

* Doutoranda em Estado e Sociedade/UFSB. Mestra em Estado e Sociedade/UFSB (2020). MBA em Gestão Empresarial/USP-ESALQ (2021). Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica/IFES (2021). Graduada em Administração de Empresas/IFBA (2016). Graduada em Turismo e Hotelaria/UNEB (2010). Colaboradora da Alba Sud - Centro de investigação em turismo desde perspectivas críticas. Membro da Comissão e do GT de Gestão da Rede BATUC – Turismo Comunitário da Bahia. Bolsista CAPES. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8871969862788609> ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8653-6612> [alinebispo.sa@gmail.com]

** Doutoranda em Estado e Sociedade/UFSB. Mestra em Estado e Sociedade/UFSB (2020). Especialista em Neurociências, Psicologia Positiva e Mindfulness/PUC (2022). Especialista em Produção Cultural, Arte e Entretenimento/Unileya (2020). Bacharel em Ciências Humanas/UFSB (2021). Bacharel em Administração de Empresas/ UNIFACS (2017). Analista em Gestão de Políticas Públicas e Desenvolvimento na Diretoria de Produtos Turísticos da Secretaria de Cultura e Turismo de Minas Gerais. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2430152643913849> ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9015-8239> [alicia.araujocosta@gmail.com]

*** Pós-doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Doutor em Antropologia Social e Histórica pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais/EHESS, França. Mestre em Etnologia e Sociologia Comparada pela Universidade de Paris 10 - Nanterre/UPX, França. Graduado em Sociologia pela Universidade de Paris 10 - Nanterre/UPX, França. Professor Adjunto na UFSB, lecionando de forma permanente no Programa de pós-graduação em Estado e Sociedade na UFSB. Leciona na graduação em Antropologia e Humanidades na UFSB. Membro da Associação Brasileira de Antropologia/ABA. Visiting Scholar na Université de Toulouse, França (2025). Coordenador do Centro de Documentação e Pesquisa Memórias do Sul da Bahia. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9178360038758612> ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2082-3771> [pablo.barbosa@csc.ufsb.edu.br]

1 INTRODUÇÃO

A partir das últimas décadas do século XX, a atividade turística tornou-se cada vez mais presente em Terras Indígenas (TI) brasileiras. Não que antes não houvesse uma relação entre os povos indígenas e o turismo. Através do comércio de artesanato e, também, do contato com pesquisadores que visitavam as comunidades para coleta de dados para seus estudos, a dinâmica entre visitantes e visitados já permeava o cotidiano de muitos territórios indígenas. Contudo, nos anos finais do século passado, foi possível observar o surgimento cada vez mais expressivo de projetos turísticos, intencionalmente pensados e executados pelas próprias comunidades.

No cenário global tem sido crescente o interesse por experiências turísticas cada vez mais significativas do ponto de vista cultural, ecológico e sustentável. Queiroz (2019) esclarece que a crescente procura por destinos ecológicos e pelo turismo de experiência, nos últimos anos no Brasil e no mundo, criou significativa demanda por destinos ecoturísticos. Considerando que as TIs abrigam uma grande diversidade de ecossistemas e ambientes naturais, esses locais passaram a despertar especial interesse do público. Neste contexto, os povos indígenas passaram a vislumbrar no turismo uma oportunidade de desenvolver uma atividade econômica alinhada aos seus modos tradicionais de vida, no que diz respeito ao fortalecimento cultural e preservação da natureza. Ademais, o turismo indígena passa a ser uma significativa oportunidade para sensibilizar os visitantes quanto à importância das pautas políticas, ambientais e indígenas nessas interações.

Antes da existência do Ministério do Turismo (MTUR), em 1997, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) já se referia à atividade turística em TIs, sendo o primeiro a propor um regimento sobre o tema. Adicionalmente, o MMA lançou o Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas (MMA, 1997) contendo princípios orientadores em ecoturismo e a definição de critérios para a seleção de áreas capacitadas para desenvolver a atividade. Como resultado do Programa, surgiu o Manual Indígena de Etnoturismo da Reserva da Jaqueira (Nitynawã, 2011), que serviu como base para o planejamento de muitos projetos em TIs, a exemplo destes apresentados neste artigo.

O conceito Etnoturismo foi idealizado para designar atividades não meramente ecoturísticas, mas que, além dessas, propiciam aos turistas uma experiência de interação intercultural nos casos em que a comunidade receptora é um povo originário. Recentemente,

[...] no final do ano 2000, o então Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da Funai enviou um questionário com o objetivo de levantar dados sobre as iniciativas de ecoturismo em TIs. Do total de 47 questionários enviados, 19 foram respondidos e destes, 13 informaram a existência de visitação nas comunidades, ou seja, cerca de 27,65% do total, o que indica a urgente necessidade em se avançar nas discussões sobre a regulamentação da atividade turística em terras indígenas (Chaves, 2012, p. 119).

No início dos anos 2000, os projetos ecoturísticos em TIs foram se multiplicando em diversos pontos do país, sobretudo nas comunidades das regiões Norte e Nordeste. São exemplos os casos das comunidades que construíram e fazem a gestão de equipamentos turísticos na Reserva Mamirauá, inserida no Corredor Central da Amazônia, um imenso bloco de áreas protegidas que une unidades de conservação (UC) e TIs desde o noroeste do Pará até o leste do Amazonas, na fronteira com a Colômbia e Peru. Em projetos como este, a gestão do turismo é feita através de uma associação, com a colaboração de técnicos de organismos públicos e privados, de organizações não-governamentais e de voluntários. Com projetos já consolidados, muitas dessas comunidades se tornaram referências em âmbito nacional no que diz respeito à gestão comunitária e participativa na esfera do turismo e também no que se refere ao alinhamento da atividade com os modos de vida tradicionais das comunidades.

No Brasil, outro caso emblemático é a Reserva Pataxó da Jaqueira, localizada na TICV em Porto Seguro/BA. Inaugurada em 1998 como projeto de ecoturismo, a aldeia é uma referência nacional em etnoturismo. Somado a outras iniciativas deste segmento, o projeto já inspira ações na esfera governamental por ser pioneiro na prática do etnoturismo no país (Nitynawã, 2018). Diante da evidente oportunidade para expandir os negócios comunitários de impacto sustentável e social no mercado já consolidado do turismo na Bahia, os Pataxó têm se organizado em associações e organizações comunitárias para fazer prosperar novas iniciativas em etnoturismo na região (Costa; Bispo, 2022).

Até o início dos anos 2000, a Reserva da Jaqueira, que é gerida por uma associação jurídica constituída e mantida pelos líderes da comunidade local, manteve-se como único empreendimento etnoturístico do território da Coroa Vermelha. Nos últimos dez anos, a prática do turismo vem se expandindo significativamente no território, de modo que, das 15 aldeias Pataxó que integram o território, metade delas já desenvolve atividades etnoturísticas, incluindo aquelas situadas em áreas do território que ainda aguardam pela demarcação. (Caderno de Campo, 2023).

O *Iocus* do estudo é a TICV, situada no Sul da Bahia, entre os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália e que atualmente compreende 15 aldeias, com população de 13.000 indígenas. A TICV tem uma extensão de 1.492 ha e está dividida em duas glebas; a gleba A com 72 ha, que compreende o território urbano, onde está situada a aldeia Nova Coroa e o Centro Cultural Txagru Mirawê; e a gleba B denominada "mata" com 1.420 ha, onde está localizada a Reserva da Jaqueira, uma área de preservação ambiental permanente que possui 827 ha de Mata Atlântica preservada. Conforme observado por Costa (2020), o fato de TICV ser palco de constantes negociações entre o etnoturismo e o turismo de massas a torna um lugar extremamente fértil para o estudo do turismo em Terras Indígenas no Brasil.

Apesar das poucas oportunidades de

desenvolvimento local, as comunidades locais têm ressignificado as estratégias dominantes de exploração turística neocapitalista deste território originário em função de um modo de vida que dialogue com as suas origens e valores. Os Pataxó, valendo-se de apoios e alianças, sobretudo junto ao governo do Estado da Bahia, da Prefeitura de Porto Seguro e de outras organizações da sociedade civil, têm logrado êxito em estabelecer formas autônomas e resistentes para sobreviver com autonomia em seus territórios (Costa, 2020).

Neste contexto, este artigo analisa, a partir dos fundamentos do TBC, em que medida o desenvolvimento da atividade turística indígena na TICV se aproxima ou se relaciona à modalidade do TBC, de modo a conformar o que poderíamos denominar *Turismo Indígena de Base Comunitária*.

Para alcançar este objetivo central se faz necessário i) caracterizar a atividade turística praticada nas aldeias compreendidas pelo estudo, localizadas na TICV; ii) contrastar a teoria do TBC com a prática turística na TICV; e, iii) analisar comparativamente os dados etnográficos da prática etnoturística à luz do TBC.

A justificativa para relacionar a atividade turística indígena na TICV com o TBC se baseia no fato de que os estudos em TBC conformam um campo de teoria e de práxis consolidado mundialmente, a partir do qual surgem e se reelaboram constantemente iniciativas no âmbito de políticas públicas para subsidiar e apoiar iniciativas turísticas levadas a cabo por comunidades tradicionais. Nesse sentido, situar as práticas aqui observadas em um quadro mais amplo pode ser benéfico para a conquista de direitos e o acesso a políticas de TBC por estas comunidades.

Diante de tal contexto, este trabalho visa contribuir para o estudo do turismo ao incitar uma reflexão no campo da discussão epistemológica e acadêmica relativa à emergência de novos sujeitos e formas de pesquisa científica no campo do turismo. E, do ponto de vista da prática, visibilizar e inspirar formas de gestão não ocidentais no campo do turismo.

Alinhada a essa prerrogativa, a metodologia utilizada se aproxima daquilo que Hammersley e Atkinson (2022) chamam de etnografia multimodal. A abordagem consiste em explorar diferentes recursos para a obtenção de dados etnográficos, desde a convencional observação participante “presencial” à observação em “ambientes digitais”. Neste estudo, especificamente, delimitou-se a observação ao Instagram. As comunidades da TICV têm usado cada vez mais a ferramenta para divulgar suas iniciativas. Os dados aqui mobilizados são fruto da participação ativa da primeira autora como integrante da Rede BATUC - Turismo Comunitário da Bahia (2018 a 2024) e de pesquisa de campo etnográfica na TICV (2018 a 2024) da segunda autora. A análise dos dados foi amparada pela literatura do TBC em sua vertente antropológica.

Outrossim, recorreremos a trabalhos anteriores alinhados com o tema em questão, que partem de situações etnográficas e do arcabouço teórico e

epistemológico da antropologia. Sob tal perspectiva, esses trabalhos analisaram o fenômeno turístico no contexto Pataxó, na TICV (Grunewald, 2015; Cesar, 2011; Neves, 2012; 2015; Nitynawã, 2018; Costa, 2020; 2022).

O artigo está estruturado da seguinte forma: a primeira seção apresenta o marco teórico, organizado em duas partes: primeiro, apresenta-se uma contextualização histórica sobre o TBC evidenciando as discussões teóricas em torno da atividade turística desde a segunda metade do século XX até o início do século XXI e que culminaram no atual cenário do turismo comunitário; na segunda parte, o texto direciona-se para o tema do Turismo em TIs, abordando o desenvolvimento da atividade, sobretudo no contexto brasileiro; aqui, também apresentamos o projeto etnoturístico da Reserva da Jaqueira e de que forma ele contribui para a valorização do patrimônio cultural e afirmação da identidade Pataxó.

Na segunda seção, é apresentada a metodologia utilizada, destacando os principais aspectos epistemológicos. A terceira seção é destinada à análise e discussão, onde são identificadas as principais características da prática do Turismo Indígena de Base Comunitária na TICV, na medida em que se evidencia o papel do Instituto Pataxó de Etnoturismo da Reserva da Jaqueira (ASPECTUR) como multiplicador da atividade na TICV. A última seção é reservada às considerações finais, onde observamos, a partir do caso da TICV, que as práticas comunitárias de autogestão promovem o protagonismo indígena e o desenvolvimento sustentável local, semeiam condições favoráveis à descolonização do território e, finalmente, têm o potencial de ampliar o horizonte epistemológico dos estudos em TBC.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 A relação entre o turismo comunitário e o turismo indígena

A prática do turismo comunitário vem se tornando uma realidade cada vez mais presente na vida de comunidades tradicionais, tornando-se uma atividade complementar que possui como princípios a autogestão, o associativismo ou cooperativismo, a democratização das oportunidades e benefícios, o trabalho em equipe, a participação comunitária, a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios oriundos do desenvolvimento da atividade turística (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Devido a essas características intrínsecas, vários povos tradicionais têm no turismo uma alternativa econômica e possibilidade de inserção no mercado, criando produtos “autênticos” em função de seus atributos únicos (Silva, 2011). Contudo, é preciso atentar para que o aumento da *diferenciação* não substitua as atividades tradicionais – das quais as comunidades indígenas possuem amplo conhecimento – pela atividade turística que, pelo contrário, requer novas habilidades operacionais e mercadológicas (Gascón, 2013; Cañada, 2015).

O turismo indígena nasce de uma perspectiva que, em grande medida, assemelha-se ao turismo comunitário. Sua prática se contrapõe ao modelo de turismo de massa, pessoal e, acima de tudo, que tem unicamente o lucro como razão maior (Costa, 2020; Silvestre & Fontana, 2023). Com efeito, ao longo das últimas décadas, o turismo promovido por comunidades indígenas tem sido categorizado como turismo étnico, etnoturismo, turismo cultural, etnoecoturismo, turismo indígena, turismo em terra indígena e turismo étnico indígena (Zeppel, 2006; Pereiro, 2013; Souza et al, 2021).

Contudo, essas terminologias encontram-se em constante transformação e disputa em termos conceituais tendo em vista que, muitas vezes, entre os próprios povos indígenas, cuja prática do turismo já está, muitas vezes, consolidada, ainda se observa um grande conflito. Isto porque é comum ainda a associação do termo “turismo” e o que a atividade representa na sociedade moderna a um fator de ameaça aos territórios indígenas, considerando que, muitas vezes, é o próprio turismo quando operado sob a ótica capitalista, gera uma infinidade de impactos negativos. Assim, em diversos encontros organizados pelas comunidades indígenas na América Latina, os vários termos empregados para definir a prática do turismo em TIs têm sido colocados sob análise na busca de um conceito que reflita os valores e perspectivas de como a atividade turística tem sido praticada no contexto das sociedades indígenas (González, 2008).

Um exemplo recente disso foi o “Seminário de “Etnovivência” e Enfrentamento à Crise Climática”, organizado pela Reserva Pataxó da Jaqueira em julho de 2024, que contou com a participação de lideranças indígenas de todo o território nacional. O termo Etnovivência foi aventado pela ASPECTUR para substituir o termo “etnoturismo”. A justificativa seria precisamente a de que o termo não dá conta de abarcar ou transmitir os significados imbuídos na profunda e significativa interação intercultural que se estabelece entre o visitante e o nativo nesses contextos turísticos específicos. Para as lideranças da Reserva da Jaqueira, a experiência que oferecem assemelha-se muito mais a uma *vivência pataxó* autêntica, efetivamente, do que a uma experiência meramente turística – aqui, no caso, tomada como uma experiência passiva pelo visitante.

A *convivência* na comunidade e a possibilidade de envolvimento com as práticas culturais locais, com profundidade e afetividade, justificariam a mudança na denominação da prática, ou seja, de “etnoturismo” para “Etnovivência”. No referido evento, foi criada a Rede Nacional de Etnoturismo Indígena (Etnovivência) do Brasil, a fim de que a atividade turística hoje levada a cabo na Reserva da Jaqueira possa servir de exemplo para outras localidades espalhadas em todo o território nacional que desejem se organizar para compartilhar “etnovivências”.

A etnovivência, na medida em que busca, em última análise, a valorização dos modos de vida tradicionais das comunidades locais com autonomia e autogestão das comunidades envolvidas, estaria alinhada aos preceitos do TBC. Todavia, por tratar-se de conceito novo, ainda não é possível a realização de

uma análise mais aprofundada dessa relação.

2.2 Turismo em Terras Indígenas no Brasil

No Brasil, há décadas, são propostas diversas iniciativas de turismo envolvendo comunidades indígenas (Santana, 2021; Marquez E Falcão, 2021; Carvalho, 2020; Goulart, 2020; Proença, 2020; Dias & Cruz, 2020). Contudo, não eram regulamentadas até o ano de 2015, quando entrou em vigor a Instrução Normativa 3/2015 (FUNAI, 2015), que passou a regulamentar e a estabelecer normas para a visitação turística em TIs. A Norma prevê a autonomia e o direito à consulta, bem como a participação indígena na definição de ações em relação aos territórios, como preceitua a Convenção 169, da OIT.

Silvestre e Fontana (2023), ao analisar as produções científicas sobre o turismo indígena no Brasil entre 1999 e 2021 concluem que, apesar do crescimento no número de pesquisas desde 2019, ainda são incipientes as pesquisas sobre turismo indígena no país. Ademais, o estudo oferece bases importantes para compreender a prática do turismo em TIs brasileiras.

Em linhas gerais, sua revisão classificou as percepções ou impactos sobre o turismo em situações positivas ou negativas dentre as quais, entre os resultados positivos, está a valoração e, em alguns casos, o resgate da cultura indígena (Scheyvens, 1999; Irving, 2009) do qual o turismo se constituiu em ferramenta para afirmação da identidade (Grünwald, 2015) e apropriado pelos povos indígenas (Neves, 2015) como forma de resistência. Com relação aos resultados negativos, constatou-se que as seguintes percepções se sobressaem: a falta de clareza sobre a distribuição da renda do turismo entre a comunidade; o excesso de intervenção das agências turísticas nas atividades produzidas pelos indígenas; e o rompimento dos laços comunitários ocasionados pelo excesso de dedicação às apresentações culturais (Dias & Cruz, 2020). Quanto às metodologias empregadas, se sobressai a abordagem qualitativa e a pesquisa etnográfica. Os estudos abrangem apenas 4% das 487 TI brasileiras. São Marcos (RR), e Coroa Vermelha (BA), tiveram a maior quantidade de pesquisas. (Silvestre & Fontana, 2023).

Possivelmente, um dos motivos que justifiquem a maior quantidade de pesquisas na TICV tem a ver com a sua localização. A maior parte do território é urbanizado e de fácil acesso. A região se destaca como um dos polos turísticos e econômicos mais proeminentes do sul da Bahia.

Dentro dos limites da TICV mas também nas suas áreas adjacentes de retomada e que ainda aguardam pela demarcação, surgiram, ao longo dos últimos anos, uma série de iniciativas etnoturísticas além da Reserva da Jaqueira, buscando seguir os mesmos moldes daquela, tanto em termos de infraestrutura quanto em relação às atividades e atrativos oferecidos. Nesse contexto, a ASPECTUR lidera a atuação na formação etnoturística de parentes de outras aldeias, não apenas na TICV como também junto às outras TI Pataxó localizadas no sul da Bahia, para que se tornem multiplicadores da cultura e agentes de preservação ambiental nos territórios.

Esse movimento acontece com vistas à possibilidade de geração de renda e melhoria da qualidade de vida das famílias que sobrevivem em uma região em cujo entorno prevalece, notadamente, características socioeconômicas neocoloniais - altos níveis de desigualdade social, turismo predatório, marginalização das populações indígenas, especulação imobiliária, gentrificação de áreas tradicionais, etc (Bispo, 2020; Costa, 2020).

Como veremos, as aldeias deste estudo seguem o modelo de autogestão da Reserva da Jaqueira. Inclusive, lideranças que já trabalharam no passado como condutores de turismo na Reserva, adquiriram lá experiência no ramo e levaram o aprendizado para as suas aldeias, replicando-o em suas comunidades. As famílias se organizam para oferecer aos turistas atrativos como palestras de cultura, a degustação do peixe na folha de patioaba entre outras comidas típicas; fazem o ritual do *Awê*, guiam por trilhas ecológicas e vendem artesanatos em seus tradicionais *kijemes*, construções circulares sustentadas por toras de madeira e cobertura de piaçava.

Percebendo a crescente relevância que o etnoturismo vem alcançando, entre os anos de 2017 e 2020, a Secretaria Estadual de Turismo promoveu uma série de ações voltadas para capacitação e qualificação de agentes turísticos no sentido de estimular a criação de Redes de Enoturismo na Bahia em duas linhas: A Rede TEA - Turismo Étnico-Afro e a Rede TEI - Turismo Étnico Indígena. O objetivo da ação era identificar atrativos culturais para roteirização específica e diversificação da oferta turística, visando maior integração entre as comunidades no âmbito do etnoturismo (Caderno de Campo, 2018)

No início do ano de 2020, a Reserva da Jaqueira, em parceria com a ASPECTUR, promoveu um encontro na Coroa Vermelha para debater, junto a lideranças das aldeias da região e com a presença de representantes da Secretaria Estadual de Turismo, a importância da capacitação para o etnoturismo, para que mais aldeias pudessem se beneficiar da prática etnoturística e da produção e venda do artesanato, principal fonte de renda do povo Pataxó (Caderno de Campo, 2020).

A articulação em rede é uma estratégia utilizada para expandir a atuação para além do território. Além da Rede de TEI, em 2020 a Reserva da Jaqueira passou a integrar a Rede BATUC, formada por comunidades tradicionais e diversos agentes comunitários e institucionais que atuam em prol do TBC da Bahia (Caderno de Campo, 2020).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é guiado por uma abordagem etnográfica, ou seja, fundamentalmente participativa. A abordagem participativa pode ser definida como um processo de questionamento sistêmico, no qual aqueles que experimentam determinada situação participam, em colaboração com pesquisadores, na execução da pesquisa, diante das demandas comunitárias surgidas e não necessariamente das priorizadas pelo pesquisador (Deshler & Ewert *apud* Seixas In: Vieira et al., 2005, p. 80).

Especificamente, lançamos mão da etnografia multimodal (Hammersley & Atkinson, 2022) como principal recurso metodológico para o levantamento de dados empíricos. Isto porque os dados etnográficos que trazemos à discussão são excertos de uma etnografia em andamento desde 2018 na TICV. Para o presente estudo foram selecionados alguns registros de observação participante em campos físicos e digitais (especificamente *posts* do Instagram), registros imagéticos e fílmicos, registros por escrito em caderno de campo e gravação de entrevistas. Os dados empíricos das pesquisas de ambas as autoras se complementaram para constituir o corpus empírico posto sob análise. Os resultados aqui apresentados, cumpre informar, são um recorte de um estudo maior que vem sendo levado a cabo pelas autoras desde 2018 no âmbito de suas respectivas pesquisas de doutoramento, que exploram temas como *TBC, turismo indígena e empreendedorismo Pataxó*.

Realizou-se mapeamento e posterior acompanhamento dos perfis oficiais no Instagram das aldeias estudadas. Além disso, em tempos de hiperconectividade, é importante considerar que ambas, etnografia e etnografia digital, são igualmente úteis para a investigação antropológica; nesse sentido, a utilização de uma não necessariamente exclui a outra; ao contrário, elas se complementam (Costa, 2020). Isso fica evidente quando nos atentamos para o interessante fato de que a presença digital significativa da Txagru Mirawê certamente é um importante fator de atratividade e de divulgação dessa aldeia.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Identificação das principais características da prática do Turismo Indígena de Base Comunitária na Terra Indígena Pataxó da Coroa Vermelha

A fim de estabelecer as principais características do Enoturismo, vejamos o Manual de Atividades de Enoturismo na Reserva Pataxó da Jaqueira (Nitynawã, 2011), elaborado pela ASPECTUR e escrito por Nitynawã Pataxó, uma das fundadoras da Reserva. O objetivo é partir do que os próprios Pataxó determinam como experiência etnoturística ideal. O texto visa servir de material didático para guias indígenas, tanto da Reserva quanto de outras aldeias interessadas em obter “informações e capacitação necessária para o desenvolvimento das atividades culturais, da preservação e dos serviços e atrativos turísticos da Jaqueira” (Nitynawã, 2011 p. 44). O Manual orienta os guias a

[...] pedir aos visitantes um pouco de atenção para explicar que eles terão a oportunidade de conhecer e conviver com o índio Pataxó em seu ambiente natural e em seu mundo. [...] não deverão estranhar as nossas formas de vida, cultura e organização e que podem ficar à vontade, respeitando o nosso povo sem, contudo, discriminação. O visitante deverá, desse modo, respeitar e preservar o nosso meio ambiente e os nossos costumes. [...] O monitor deve, ainda, pedir aos visitantes que observem o ambiente que está em nossa volta e explicar que a natureza reserva para nós mais que belas paisagens. “[...]. Preserve o meio ambiente e a vida de todos”. TXUHAP TRIOKÁ. Vamos caminhar. (Nitynawã, 2011 p. 47).

O excerto evidencia a preocupação dos gestores e idealizadores do Etnoturismo em proporcionar aos visitantes uma experiência de conexão e respeito com a natureza e, sobretudo, de conexão e respeito com a cultura indígena local. Como vimos na seção 2 deste estudo, a modalidade do TBC caracteriza-se, entre outras coisas, por um enfoque na relação direta e próxima da comunidade receptora com o visitante, de maneira a estabelecer verdadeiros intercâmbios culturais.

Vimos também que o TBC tem como princípios a sustentabilidade e a participação comunitária com vistas ao fortalecimento da cultura local. A nossa análise identifica que existe uma estreita relação entre a teoria do TBC e as práticas etnoturísticas indígenas levadas a cabo na TICV. A seguir, nos aprofundaremos nos caminhos que nos possibilitaram chegar a esta conclusão.

Em trabalho anterior sobre a importância do etnoturismo praticado na Reserva da Jaqueira para o Turismo de Base Comunitária da Bahia, observa-se que “[...] a atividade turística, quando realizada pelas comunidades de forma autônoma, organizada e autogestionada, pode ser convertida em um potente instrumento catalisador da mudança social, da afirmação da cultura e da promoção da autoestima das comunidades receptoras” (Costa; Bispo, 2022 p. 51).

As comunidades Pataxó fortalecem e preservam sua cultura, suas tradições e sua História através da oralidade (Ferreira et al, 2018) e da contação de histórias. As histórias vão sendo transmitidas de uma geração para a outra quando as famílias se juntam na beira da fogueira para um *Awê*; para fazer artesanato e jogar conversa fora, ou mesmo nas tardes reservadas para estudar *Patxohã* em grupo (Caderno de Campo, 2019).

Muitos saberes, em especial práticas artesanais tradicionais e os modos de fazer adereços, são transmitidos ainda na infância das mães para as filhas e dos pais para os filhos, sendo considerados verdadeiras heranças familiares (Souza, 2013). Nesses contextos em que uma multiplicidade de atividades se amalgama nas dinâmicas cotidianas, o etnoturismo se afirma como uma possibilidade de autogestão e conciliação entre modos de vida e trabalho dentro da aldeia, sem que haja necessidade de deslocamento para fora, fortalecendo os vínculos comunitários e laços intergeracionais.

Outro aspecto positivo da autogestão do etnoturismo é que ela possibilita a venda do artesanato produzido nas comunidades diretamente para os turistas, sem que haja a necessidade de atravessadores no processo. A existência de atravessadores é ainda uma difícil barreira a ser superada na TICV porque desvaloriza as etnomercadorias ao forçar a redução drástica dos preços, desmotivando muitos artesãos e culminando no abandono do ofício. Em outros casos, não encontram saída senão a de vendedor ambulante nas praias, isso quando não acabam sendo assimilados pela oferta de subempregos no turismo local (Caderno de Campo, 2022).

Em contrapartida, o modelo de Etnoturismo levado a cabo pela Reserva da Jaqueira tem como

principais características a) a autogestão; b) a conservação da Mata Atlântica, que inclui o manejo sustentável dos seus recursos naturais, ancorado nos conhecimentos tradicionais dos mais velhos sobre a floresta e, c) o fortalecimento da cultura Pataxó, inclusive gerando renda para a comunidade por meio da comercialização direta das etnomercadorias (Ferreira et al, 2018; Nitynawã, 2018; Costa, 2020; Costa; Bispo, 2022).

Como vimos, todas essas características são pilares fortes do TBC, de modo que pode parecer até mesmo redundante falarmos em Etnoturismo Indígena de Base Comunitária, tendo em vista que, em todos os casos analisados, a participação comunitária é prerrogativa para prática do etnoturismo indígena, em todas as comunidades estudadas. Ainda assim, cabe a utilização política do termo, a fim de potencializar a atividade etnoturística indígena na medida em que reconhecemos que ela está sob o guarda-chuva de uma modalidade ampla e, ao mesmo tempo específica, ou seja, o TBC; e, também, a fim de que os estudos do TBC possam ser enriquecidos e ampliados por meio das contribuições das práticas de gestão indígenas.

Assim como na Reserva da Jaqueira, as comunidades da Aldeia Nova Coroa e Txagru Mirawê seguem uma espécie de roteiro modelo, já descrito mas que cumpre retomarmos mais uma vez, com maior riqueza de detalhes: os anfitriões recebem os turistas em seus trajes tradicionais denominados “*tupisay*”, realizam a palestra de cultura e a apresentação do ritual do *Awê*, e em alguns casos, a depender do pacote adquirido ou do tempo que o visitante dispõe para passar na aldeia, jovens guias indígenas conduzem os grupos por trilhas ecológicas, oportunidade em que os visitantes tem a oportunidade de aprender um pouco sobre a fauna e a flora local, sobre algumas plantas medicinais importantes do repertório biocultural *pataxó* e algumas palavras do idioma Pataxó, o *patxohã*. Após as apresentações culturais, os visitantes têm a oportunidade de degustar pratos típicos da culinária Pataxó, a exemplo do famoso peixe assado na folha de *patioba* (uma espécie de palmeira nativa da Mata Atlântica). Finalmente, os grupos podem circular pelo *kijeme* para interagir com os artesãos e vendedores e comprar artesanatos indígenas. Antes ou depois das apresentações culturais, os indígenas gentilmente se oferecem para fazer pinturas faciais e/ou corporais nos visitantes com tintas vegetais (extraídas na hora de materiais como urucum, carvão e tauá, uma argila amarela), sempre explicando os significados de cada pintura dentro da cultura Pataxó. Estas são as atividades “padrão” de um roteiro etnoturístico nas aldeias, mas podem acontecer mais atividades a exemplo dos jogos indígenas (na Reserva da Jaqueira) ou a caracterização completa dos visitantes com vestimentas tradicionais Pataxó para tirar fotos (a exemplo da Txagru Mirawê) (Caderno de Campo, 2019; 2024).

4.2 A Aldeia Nova Coroa e o Centro Cultural Txagru Mirawê

A Grande área urbana localizada no centro da Coroa Vermelha, situada próximo a escola estadual indígena, a Aldeia Nova Coroa foi retomada em 2006 e é parte da chamada Gleba C, área contígua à TICV que

ficou de fora da área demarcada. O território está sob ameaça de reintegração de posse desde 2016. De acordo com Sinaldo, cacique da aldeia, a Gleba C “é uma área tradicional onde os indígenas ainda pescam, colhem fruta da mata nativa, onde tem mangaba, guaru, o coco do xandó e outras frutas da nossa alimentação”. O cacique informa que a área, onde os Pataxó residentes guiam turistas em roteiros ecoturísticos nos períodos de alta temporada, [...] é uma área de restinga, de lagoa, de mangue. E mesmo sendo área preservada, seguimos plantando mais árvores ainda [...]. (CIMI, 2017).

A aldeia Nova Coroa, embora esteja situada em uma área urbanizada, pratica o que denominam “ecoturismo” possibilitado sobretudo devido as áreas reflorestadas ao longo dos anos dentro do território que, desde a ocupação indígena, passou a ser preservado e ter a sua mata revitalizada. Witiry, artesão e comerciante de artesanato da aldeia Nova Coroa, que também participa das apresentações culturais e faz a pintura facial nos turistas, aprecia poder contar a história de cada artesanato “com calma” (ou seja, com riqueza de detalhes), porque, segundo ele demonstra (e nos conta os “segredos” de vários artesanatos, para provar seu ponto) cada tipo de artesanato é especial, tem um “segredo”.

“Sempre que eu tenho tempo para conversar com o turista, acabo vendendo alguma coisa”, ele ensina. E, acrescenta que, assim, o turista, quando compra o artesanato, “está levando um pouco da história do povo Pataxó” (Caderno de Campo, 2019). Ainda que os turistas que chegam com as agências de viagem não possam ficar muito tempo na aldeia para ter a “vivência completa”, as parcerias com agências como a Azul Viagens são fundamentais para manter as atividades, pois elas levam os clientes até eles. Segundo conta o cacique Pequi, a Azul Viagens leva ônibus de turistas semanalmente até a aldeia.

Um ponto em comum a todas as aldeias é o protagonismo feminino no etnoturismo. Assim como no caso da Reserva da Jaqueira (fundada por três irmãs – Nitynawã, Jandaya e Nayara), o Centro Cultural Txag’rú Mirawê tem como uma de suas principais fundadoras a anciã dona Jaçanã. O Centro está localizado à margem da BR 367, próximo ao colégio municipal indígena da Coroa Vermelha, em pleno centro urbano da aldeia.

Por dentro do território, que já passou por diversas reformas a fim de melhor receber seus visitantes, passa o rio Jardim, onde as crianças tomam banho e brincam, enquanto os pais trabalham. Embora esteja situado em pleno centro urbano da Coroa Vermelha, o local está em uma área de mata atlântica preservada: é um oásis no meio da cidade. O *Kijeme* de artesanatos local abriga 17 barracas de artesanatos indígenas.

Dona Jaçanã nos conta que o terreno que originou o centro cultural pertence a uma só família. Todos que ali trabalham são parentes e moram nas proximidades. Cada barraca é de uma família. Jaçanã conta que ajudou a fundar a Reserva da Jaqueira e, posteriormente, quando saiu de lá, decidiu fundar um centro cultural para que sua numerosa família pudesse viver e trabalhar com tranquilidade perto de casa. Desde então, ela é comerciante de artesanatos e palestrante da cultura Pataxó no *Txag’ru Mirawê*, que

fundou nos moldes da Reserva da Jaqueira, ou seja, sob os princípios da autogestão e da preservação da natureza (Caderno de Campo, 2019).

Em seu Instagram, @txagru_mirawe, que possui quase 6 mil seguidores, é possível vislumbrar a riqueza do bioma local pelas fotos e vídeos do lugar. O empreendimento indígena afirma em sua bio ser uma “organização comunitária” de turismo étnico e destaca suas principais atrações: “dança, comida típica, história do nosso povo, casamento e nossos jogos”. O perfil da aldeia no Instagram é um mural de micro recortes da vida cotidiana na aldeia, que chama a atenção pela qualidade profissional do seu conteúdo imagético e fílmico, produzido pelos próprios jovens da aldeia.

4.3 Discussão dos Dados

Um aspecto fundamental da discussão em torno da prática etnoturística indígena de base comunitária para o qual vale a pena chamar atenção tem a ver com a luta pela retomada e demarcação dos territórios indígenas, condição precípua para se Viver Sossegado (Costa, 2022). A esse respeito, Arissana Pataxó, intelectual, professora e artista, conta que desde tempos imemoriais

A vida do povo Pataxó sempre foi de muita luta para sobreviver em meio à expansão agrícola da sociedade regional, à invasão de seu território e à violência. Mas, ainda assim, do início do século XX até a década de quarenta, o nosso povo ficou por um tempo “sossegado”, isolado de qualquer relação de caráter governamental, vivendo da caça, pesca, da extração de vegetais, produção de objetos e da agricultura de subsistência em uma extensa área verde de mata atlântica no entorno do Monte Pascoal, que se estendia até a praia onde ficava a sede do território, a Aldeia Barra Velha. (Souza, 2013 p. 26).

De um modo geral, na literatura, o bem viver Pataxó, é associado à luta do povo Pataxó pela sobrevivência na terra e pela garantia dos seus modos de vida (Cardoso, 2016; Costa, 2022). Com efeito, há décadas, os Pataxó se articulam coletivamente e de forma organizada, tanto na esfera pública – política, quanto na privada – familiar e espiritual, para retomar territórios e se manter neles de maneira sustentável, ao mesmo tempo em que promovem a união cada vez mais sólida das suas comunidades e o fortalecimento das suas tradições (Costa, 2020).

Para permanecer de modo sustentável e autônomo na terra retomada, as comunidades da região da chamada Costa do Descobrimento lançam mão de diversas atividades produtivas como a agricultura, piscicultura, a produção de artesanato, a produção de farinha e outros derivados da mandioca, mas, também, tem cada vez mais investido em atividades econômicas empreendedoras, principalmente voltadas para o mercado do turismo: as fábricas e lojas de comercialização de artesanatos, as lojinhas de conveniência e as aldeias que, ao se estruturarem e abrirem suas portas para a visitação turística, se convertem em empreendimentos etnoturísticos.

Ao mesmo tempo em que fortalecem a sua identidade, a multiplicação desses empreendimentos culturais socialmente justos e politicamente engajados contribuem para o desenvolvimento local, ao tornar o

destino mais atrativo neste “mercado segmentado do turismo”. Nas palavras de Queiroz (2019),

[...] na contemporaneidade, a aliança da valorização de aspectos culturais étnicos com o Turismo tem se apresentado como um diferencial para a afirmação das identidades de países e seus estados; para o desenvolvimento de atividades empresariais; como também na perspectiva da sustentabilidade, agregando valor aos negócios e/ou servindo como suporte para a inovação de produtos, serviços e processos, colaborando para tornar alguns destinos mais atrativos nos mercados segmentados do turismo. Não por acaso o turismo étnico tem atraído significativa atenção em vários lugares do mundo e, recentemente, no Brasil e na Bahia. (Queiroz, 2019, p. 13).

A atividade etnoturística autogestionada pela comunidade é vantajosa por vários motivos: gera emprego e renda dentro da aldeia; promove a valorização do artesanato e da cultura de um modo geral; é uma atividade sustentável, que não depende da exploração de recursos naturais; por ser sustentável, ela geralmente promove atividades de preservação do meio ambiente; além disso, é um trabalho que promove a autoestima ao colocar os indígenas, a sua História e a sua cultura como protagonistas da atividade turística.

Não por acaso, como discutimos anteriormente, o Etnoturismo Pataxó nasceu como uma modalidade do Ecoturismo. Tanto assim que, originalmente, o Instituto Pataxó de Etnoturismo chamava-se Associação Pataxó de Ecoturismo – ASPECTUR. Até hoje a mesma sigla é utilizada para designar o Instituto.

Em que pese a existência de uma relação de interdependência entre os conhecimentos tradicionais de manejo de determinados recursos ambientais e das práticas artefatuais tradicionais, atentemos para o seguinte conceito de ambiente,

(...) entendendo-o em um sentido socioecológico, compreendendo uma infraestrutura material (as instalações físicas, construções, caminhos, cercas, árvores, pastagens, ruas, praças etc) específica, pondo à disposição dos sujeitos determinados recursos e permitindo o desenvolvimento de determinadas atividades, as quais, embora características, podem não ser exclusivas. Assim, o ambiente é um espaço físico de relações, unidade constituinte de um território. (Da Silva, 2009, p. 88).

Sempre em busca do apoio de aliados e parceiros, o povo Pataxó definitivamente reconhece hoje no etnoturismo uma forma de assegurar a sua autonomia, ou seja, viver de acordo com a dinâmica social e a temporalidade própria da comunidade, ou o “tempo da aldeia” (Ferreira, 2018) e o manejo da terra, que passa pela autogestão e a preservação do ambiente.

Para melhor compreensão e integração dos conceitos e argumentos apresentados ao longo deste estudo, sistematizamos as características do TBC, do Etnoturismo Indígena e do Etnoturismo praticado na TI Coroa Vermelha a fim de demonstrar a correlação entre eles na tabela a seguir:

CARACTERÍSTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	CARACTERÍSTICAS DO ETNOTURISMO ÍNDIGENA	CARACTERÍSTICAS DA PRÁTICA DO ETNOTURISMO NA TI COROA VERMELHA
Atividade complementar que possui como princípios a autogestão, o associativismo ou cooperativismo, a democratização das oportunidades e benefícios, o trabalho em equipe, a participação comunitária, a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios oriundos do desenvolvimento da atividade turística (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).	Resgate da cultura indígena (SCHEYVENS, 1999; IRVING, 2009) do qual o turismo se constituiu em ferramenta para afirmação da identidade (GRÜNEWALD, 2015) e apropriado pelos povos indígenas (NEVES, 2015) como forma de resistência.	a) a autogestão; b) a conservação da Mata Atlântica, que inclui o manejo sustentável dos seus recursos naturais, ancorado nos conhecimentos tradicionais dos mais velhos sobre a floresta e, c) o fortalecimento da cultura Pataxó (FERREIRA et al, 2018; NITYNAWÁ, 2018; COSTA, 2020; COSTA; BISPO, 2022).
Não substitui as atividades tradicionais – das quais as comunidades indígenas possuem amplo conhecimento – pela atividade turística que, pelo contrário, requer novas habilidades operacionais e mercadológicas (GASCÓN, 2013; CAÑADA, 2015).	Atividades não meramente ecoturísticas, mas que, além dessas, propiciam aos turistas uma experiência de interação intercultural nos casos em que a comunidade receptora é um povo originário. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1997; NITYNAWÁ, 2011)	Os Pataxó recebem os turistas com vestimentas tradicionais, divulgam a cultura por meio da venda do artesanato que é produzido na aldeia e da pintura corporal, da comida típica (com destaque para o peixe na folha de patiboa) e da realização do ritual do Awê e da palestra de cultura; O kijeme de artesanatos comercializa apenas produtos Pataxó (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).
Se contrapõe ao modelo de turismo de massa, pessoal e, acima de tudo, que tem unicamente o lucro como razão maior (SILVESTRE E FONTANA, 2023).		

Tabela 01 – Correlação entre as características do Turismo de Base Comunitária, Etnoturismo Indígena e Etnoturismo da TICV. Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Com base no exposto até aqui, o etnoturismo indígena pode ser considerado uma atividade de base comunitária na medida em que se verifica, nas comunidades estudadas, a forte presença dos seguintes aspectos: i) a atividade promove a preservação ambiental e se baseia em práticas sustentáveis; ii) a atividade gera renda para toda ou para a maior parte da comunidade envolvida, não somente para poucos indivíduos ou grupos fechados; iii) a atividade constitui solo fértil para o florescimento e o fortalecimento cultural; iv) a atividade é autogerida de modo autônomo pela própria comunidade.

Todos estes aspectos, como vimos ao longo deste artigo, estão alinhados aos princípios do TBC, de modo que seria possível arriscar afirmar que, embora nem toda iniciativa em turismo de base comunitária seja etnoturismo, toda iniciativa de etnoturismo é de base comunitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande mobilidade existente entre as duas glebas (ou seja, as duas porções de território em que está dividida a TI) talvez explique o fato de que o etnoturismo da gleba B (porção de mata) está sendo replicado em alguns locais da gleba A (porção urbana),

e vice-versa. As aldeias urbanas Nova Coroa e *Txag'ru Mirawê* são exemplos de como o etnoturismo da Jaqueira tem sido replicado da gleba B para a gleba A. E o intenso turismo de agências de viagem como a CVC na Reserva da Jaqueira é um exemplo de como o turismo de massas da gleba A também é praticado na gleba B (Costa, 2020).

Vale mencionar, ainda, o papel fundamental das agências de viagem, cuja atuação no fomento ao etnoturismo, incentiva de maneira direta a implantação da atividade etnoturística em novas aldeias, sobretudo aquelas que passaram por processos recentes de retomada, contribuindo para o fortalecimento de uma rede de turismo étnico e sustentável na região. Ironicamente, estas agências de turismo operam sob uma lógica de um turismo de massas, ou seja, são elas as responsáveis pela venda dos passeios, que geralmente já estão inclusos em pacotes de viagem; são ainda responsáveis pelo traslado dos turistas e pelo repasse à aldeia dos recursos monetários arrecadados.

Estabelecer uma parceria com uma agência de turismo é extremamente desejável para as aldeias, porque elas, infelizmente, ainda não detêm recursos para a realização dos traslados, tampouco dominam as estratégias de marketing e venda dos passeios diretamente para os turistas. A CVC, por exemplo, é responsável por levar a maior parcela dos turistas que a Jaqueira recebe diariamente, em ônibus que muitas vezes chegam lotados vindos principalmente de Porto Seguro, sobretudo nas épocas de alta estação.

Outras agências como a Azul Viagens, por exemplo, levam turistas a aldeias menores, a exemplo da Nova Coroa. Outras agências de Porto Seguro, como a mais proeminente delas, a Pataxó Turismo, se especializaram no ramo do turismo indígena, “de natureza, histórico e cultural” oferecendo rotas turísticas descritas como a “rota das aldeias pataxó”, passeio que possibilita que o turista conheça diversas aldeias turísticas de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia.

Num contexto socioeconômico de evidente exploração neocolonizadora dos espaços turísticos indígenas da chamada Costa do Descobrimento, diferentes aldeias Pataxó do Sul da Bahia têm feito emergir projetos autônomos e independentes de turismo comunitário, a exemplo das aldeias mencionadas no presente estudo, localizadas na T.I. Coroa Vermelha, entre outras que o presente estudo não foi capaz de abarcar pelo seu escopo limitado.

Fato é que a atividade etnoturística tem se popularizado no Sul da Bahia, inclusive em territórios retomados que ainda aguardam regularização, e cujas comunidades sofrem com a situação de vulnerabilidade e insegurança a qual ficam submetidos, podendo ser compreendida como uma estratégia de (r)existência contemporânea para se poder Viver Sossegado (Costa, 2020).

Ainda não existem estatísticas relativas à quantidade de novos turistas que passam a ter contato com a História e a Cultura Pataxó graças a este recente impulsionamento do Turismo Indígena de Base Comunitária da Coroa Vermelha, e esse fato é um indicativo importante da necessidade de futuras pesquisas no âmbito deste novo mercado que se expande e se multiplica na velocidade da flecha em

Coroa Vermelha. Se é verdade que “o futuro é ancestral” (Krenak, 2022), então o futuro do turismo há de ser comunitário.

Nesse sentido, aprender com a prática da atividade turística organizada por povos indígenas – a qual, conforme vimos neste artigo, dado o próprio modo de vida dos povos indígenas, já nasce comunitária e ambientalmente sustentável pelo menos entre o povo Pataxó – pode ser um caminho possível para construirmos o futuro do turismo que queremos.

REFERÊNCIAS

- Bispo, A. S. (2020). *Dimensões da prática do turismo na cidade de Porto Seguro e os reflexos na vida da população residente* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, BA.
- Cadernos de campo das autoras. (2017–2023). [Anotações de pesquisa não publicadas].
- Cañada, E. (2015). La comercialización del turismo comunitario en América Latina. *Anuario de Estudios Centroamericanos*, 41, 159-189.
- Cardoso, T. M. (2016). *Paisagens em transe: uma etnografia sobre poética e cosmopolítica dos lugares habitados pelos Pataxó no Monte Pascoal* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Carvalho, J. M. de. (2020). *Sateré-Mawé e Sámi: culturas indígenas ancestrais sob o olhar do turismo étnico* (Tese de Doutorado). Universidade Vale do Itajaí, Vale do Itajaí, SC.
- Cesar, A. L. (2011). *Lições de Abril: A construção da autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Chaves, R. P. R. (2012). O turismo étnico em comunidades indígenas no Brasil: a Reserva Pataxó da Jaqueira e o Parque Indígena do Xingu. *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 8, 115-129.
- CIMI (Conselho Indigenista Missionário). (2017). Reintegração de posse é adiada, mas ainda pode desalojar centenas de indígenas Pataxó na Bahia. Recuperado de <https://cimi.org.br/2017/03/39298/>
- Costa, A. A. S. (2020). *Tecendo o viver sossegado: as artes de existência da Reserva Pataxó da Jaqueira* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, BA.
- Costa, A. A. S. (2022). *O Masaká de Tukum*. Salvador, BA: Edufba.
- Costa, A. A. S., & Bispo, A. S. (2022). A participação indígena no turismo comunitário da Bahia: reflexões a partir da Reserva Pataxó da Jaqueira e da Rede Batuc. *Pol. Cult. em...*, 15, 37-57.
- Dias, L. C. dos S., & Cruz, J. G. da. (2020). Territórios (re)significados de comunidades indígenas em Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro-AM e a adoção do turismo como alternativa de renda. *Revista Turismo em Análise*, 31(2), 227–243.
- Ferreira, O. S., et al. (2018). *Assim contam os mais velhos: experiências e resultados da experiência intercultural em pesquisa sobre gestão etnoambiental de territórios Pataxó*. Feira de Santana, BA: UEFS Editora.
- Fundação Nacional do Índio (Funai). (2015). *Normativa nº 03 de 11 de junho de 2015*. Brasília, DF. Recuperado de <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2015/d oc/jun-06/IN%2003%202015.pdf>
- Gascón, J. (2013). The limitations of community-based tourism as an instrument of development cooperation: The value of the Social Vocation of the Territory concept. *Journal of Sustainable Tourism*, 21(5), 716-731.
- González, M. M. (2008). ¿Etnoturismo o turismo indígena? *Revista Teoría y Praxis*, 5, 123-136.
- Goulart, L. T. (2020). *Os Yanomami e o Projeto Yaripo: transformações e turismo em Maturacá* (Dissertação de

- Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
- Grünefeld, R. de A. (2015). Turismo Pataxó: da renovação identitária à profissionalização das reservas. In X. Pereira (Ed.), M. G. de Almeida & I. M. C. Lustosa (Coeds.), *Turismo em terras indígenas (Volume especial da Agália. Revista de Estudos na Cultura*, pp. 43-57).
- Hammersley, M., & Atkinson, P. (2022). *Etnografia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Irving, M. de A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 108-121). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Krenak, A. (2022). *Futuro ancestral*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Marquez, L. A. M., & Falcão, M. T. (2021). Capacidade de carga turística na trilha do Kuatá, Comunidade Nova Esperança, Terra Indígena São Marcos, Pacaraima-Roraima. *ACTA Geográfica*, 15(37), 292–317.
- Ministério do Meio Ambiente. (1997). *Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas: Workshop*. Bela Vista de Goiás, GO.
- Ministério do Turismo. (2010). *Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública*. Brasília, DF: Autor.
- Neves, S. C. (2010). Eficácia ritual e eficácia turística: o ritual do Awê entre os Pataxó meridionais e o turismo. *Cultur*, 4(2), [sem paginação definida].
- Neves, S. C. (2012). *A apropriação indígena do turismo: os Pataxó de Coroa Vermelha e a expressão da tradição* (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.
- Neves, S. C. (2015). "O índio não gosta de ficar cativo": Trabalho e tradição nas atividades econômicas dos Pataxó da Aldeia de Coroa Vermelha. *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13, 131.
- Nitynawã. (2011). *Manual de atividades de etnoturismo da Reserva Pataxó da Jaqueira*. [Documento não publicado].
- Nitynawã. (2018). *Histórias da Reserva da Jaqueira: experiências de autogestão em etnoturismo* (Monografia de Graduação). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Porto Seguro, BA.
- Pereiro, X. (2013). Los efectos del turismo en las culturas indígenas de América Latina. *Revista Española de Antropología Americana*, 43(1), 155-174.
- Proença, A. R. G. B. (2020). *Turismo em territórios indígenas: desenvolvimento e impacto sociocultural na Comunidade Indígena Nova Esperança "Pisasú Sarusawa" (Amazonas – Brasil)* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Queiroz, M. M. A. D. (2019). *Turismo de Raízes na Bahia: um estudo sobre a dinâmica do turismo étnico (afro) na Bahia: os casos do Pelourinho Salvador e da Festa da Boa Morte/Cachoeira*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.
- Santana, J. C. de. (2021). *Percepção da qualidade turística: avaliação dos serviços em um atrativo de turismo cultural na Paraíba* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB.
- Santos, A. B. dos. (2019). *Colonização, quilombos: modos e significações*. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia.
- Scheyvens, R. (1999). Ecotourism and the empowerment of local communities. *Tourism Management*, 20, 245-249.
- Silva, A. B. da. (2009). Entre a aldeia, a fazenda e a cidade: ocupação e uso do território entre os Guarani de Mato Grosso do Sul. *Tellus*, 81-104.
- Silva, G. (2011). *Estudos sobre a realização de atividades turísticas em terras indígenas brasileiras*. Brasília, DF: FUNAI. Recuperado de <http://ciiede.mgt.unm.edu/fibea2008/papers/Ecotourism/dasilvavpaper.pdf>
- Silvestre, R. P., & de Fátima Fontana, R. (2023). Turismo indígena no Brasil: uma revisão bibliográfica de pesquisas publicadas no período de 1999-2021. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 21(3), 487-501.
- Souza, A. (2013). *Arte e identidade: adornos corporais Pataxó*. [Publicação ou local não informado].
- Souza, N. N. S. de, Irving, M. de A., Souza, C. de M., & Lima, M. A. G. de. (2021). Turismo étnico indígena: definição conceptual, potencialidades e desafios em Brasil. *Turismo, Visão e Ação*, 23(2), 308-328.
- Velloso, A. D. A. (2004). *Populações tradicionais e turismo: diferentes olhares sobre o meio ambiente* (Monografia de Especialização). Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Vieira, P. F., Berkes, F., & Seixas, C. S. (2005). *Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências*. Florianópolis, SC: Secco/APED.
- Zeppel, H. (2006). *Indigenous ecotourism: Sustainable development and management*. Wallingford, UK: CABI.

Fontes orais:

- Jaçaná Pataxó. (2019, fevereiro). Entrevista. Centro Cultural Txagru Mirawê, Santa Cruz Cabrália/BA.
- Oiti Pataxó. (2019, outubro). Entrevista. Reserva Pataxó da Jaqueira, Porto Seguro/BA.
- Pequi Pataxó. (2019, fevereiro). Entrevista. Aldeia Nova Coroa. Santa Cruz Cabrália/BA.
- Syratã Pataxó. (2019, outubro). Entrevista. Reserva Pataxó da Jaqueira, Porto Seguro/BA.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB ao apoio, por meio de bolsa e/ou recursos financeiros, indispensável à realização destas pesquisas.

Declaração CRediT sobre autoria.

Termo	Definição	Autor 1	Autor 2	Autor 3
Conceitualização	Ideias; formulação ou evolução de objetivos e objetivos de investigação abrangentes	x	x	
Metodologia	Desenvolvimento ou concepção de metodologia; criação de modelos	x	x	x
Software	Programação, desenvolvimento de software; concepção de programas de computador; implementação do código informático e algoritmos de suporte; teste dos componentes de código existentes	x		
Validação	Verificação, quer como parte da atividade quer separadamente, da replicação/reprodutibilidade global dos resultados/experimentações e outros resultados da investigação	x	x	
Análise formal	Aplicação de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais, ou outras técnicas formais para analisar ou sintetizar dados de estudo	x	x	x
Investigação	Condução do processo de investigação e investigação, realizando especificamente as experiências, ou recolha de dados/evidências	x	x	
Recursos	Fornecimento de materiais de estudo, reagentes, materiais, pacientes, amostras de laboratório, animais, instrumentação, recursos informáticos, ou outras ferramentas de análise	x	x	

Termo	Definição	Autor 1	Autor 2	Autor 3
Curadoria de dados	Atividades de gestão para anotar (produzir metadados), lapidar dados e manter dados de investigação (incluindo código de software, onde é necessário para a interpretação dos próprios dados) para utilização inicial e posterior reutilização	x	x	
Escrita - Esboço original	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, redigindo especificamente o projeto inicial (incluindo a tradução substantiva)	x	x	x
Escrita - Revisão & Edição	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por aqueles do grupo de investigação original, especificamente revisão crítica, comentário ou revisão - incluindo fases pré ou pós-publicação	x	x	x
Visualização	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, especificamente visualização/apresentação de dados	x	x	x
Supervisão	Supervisão e responsabilidade de liderança no planeamento e execução da atividade de investigação, incluindo mentoria externa à equipa central	x	x	
Administração do projeto	Responsabilidade pela gestão e coordenação do planeamento e execução da atividade de investigação		x	
Aquisição de financiamento	Aquisição do apoio financeiro para o projeto conducente a esta publicação	x	x	x

Fonte: reproduzido de Elsevier (2022, s/p), com base em Brand et al. (2015).

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial

Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido / Received / Recibido: 30.06.2023; Revisado / Revised / Revisado: 26.07.2023 – 04.01.2024 – 17.03.2024 – 08.09.2024; Aprovado / Approved / Aprobado: 13.12.2024; Publicado / Published / Publicado (online): 31.12.2024.

Documento revisado por pares / Peer-reviewed paper / Documento revisado por pares.